

Reunião Ordinária de 09 de novembro de 2020

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 71

-----Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, através dos meios digitais disponíveis para o efeito, de acordo com a nota informativa da DGAL referente à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, na redação dada pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. CARLOS MANUEL NUNES EM VIRTUDE DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO APRESENTADO PELO SR. VEREADOR DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA; DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES; CRISTÓVÃO SIMÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO; DR. NELSON ÂNGELO COELHO OLIVEIRA, DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA, DR. SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA**, com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dr.ª. Vânia Gabriela Esteves da Silva, que a secretariou.- ----

-----Eram quinze horas e cinco minutos horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro

"Quería apenas dizer, para introduzir o tema que os vereadores do PSD trazem a esta reunião um conjunto de propostas para a vossa consideração da inclusão ou não, no plano plurianual de investimentos e que, naturalmente, como fazemos todos os anos, temos como base a nossa visão de desenvolvimento equitativo e mais justo do concelho, sendo que estaremos atentos no futuro, àquilo que será a vossa capacidade de inclusão ou não destas nossas propostas na versão final que será votada quer na reunião de Câmara quer na Assembleia Municipal. Feita esta introdução sugeria, se o Sr. Presidente me permitisse, a intervenção começasse pela Vereadora Sandra Silva, seguindo-se o Vereador Carlos Nunes e no final eu faria algumas propostas para inclusão no PPI."-----

A Sra. Vereadora Dra. Sandra Silva fez a seguinte intervenção:-----

"Seguindo a linha do Sr. Vereador Simão Ribeiro, vou começar por dizer que a Coligação pede um reforço nas equipas de apoio domiciliário que o Município está a desenvolver, nomeadamente nesta fase pandémica com o reforço a nível de enfermeiros, de psicólogos, de auxiliares técnicos, para melhorar a resposta aos cidadãos quer positivos ao covid-19, quer aos cidadãos que estejam de quarentena, às famílias em dificuldades económicas e no apoio a pessoas idosas, aos portadores de deficiência, de morbilidade ou de mobilidade reduzida.-----

Outra proposta tem a ver com a motivação e promoção da saúde oral no concelho, principalmente em contexto escolar nos alunos do 1º ciclo, aliás, na linha que tem sido apresentada no ano anterior. Nesse sentido, propomos a oferta de um kit contendo uma escova e uma pasta de dentes para haver uma motivação e uma promoção da higienização dentária, alertando simultaneamente para os perigos do consumo excessivo de doces, de bebidas açucaradas ou mesmo das bebidas energéticas muito em voga entre os jovens.-----

Outra medida que nós íamos precisamente apelar ao Sr. Presidente que constasse no plano, era a criação de um cheque educação para apoio às famílias que viram os seus rendimentos nesta pandemia reduzidos ou mesmo com a perda do seu posto de trabalho, de modo a proporcionar uma ajuda financeira, de forma a possibilitar que os seus filhos possam continuar a sua formação académica. Estas eram as minhas propostas. "-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes fez a seguinte intervenção:-----

Os vereadores do PSD gostariam ainda de apresentar as seguintes propostas para consideração na proposta de orçamento para 2021: -----

• **Criar espaços Smart Office e de Co-working**, com condições logísticas e administrativas a baixo-custo, com o objetivo de apoiar a instalação de projetos e iniciativas empresariais de jovens empreendedores. - P.E., dando uso e aproveitamento aos espaços disponíveis nas antigas instalações da Estofex/Associação Industrial de Lousada. -----

• **Criar a Casa das Artes e Ofícios Tradicionais**. A Casa das Artes e Ofícios Tradicionais pode e deve ser um "espaço vivo" de recriação das artes e ofícios tradicionais de Lousada, que promova a memória da nossa terra e a sua identidade, a partilha e a perpetuação dos saberes antigos, transmitidos de geração em geração, como seja: a cestaria, a tamancaria, a latoaria, a talha, os bordados, a tecelagem em linho, a cerâmica, a ourivesaria, a embalsamação, a pirotécnica, a espingardaria, o restauro de móveis e outras artes decorativas. Importante é dotar a Casa das Artes e Ofícios Tradicionais de uma dupla vocação: pedagógica e turística. Aberta à comunidade escolar e a todos os turistas com interesse na sua visita. Capacitada de ateliers de demonstração e realização de workshops pedagógicos e/ou comunitários, potenciando dessa forma o turismo criativo e comunitário do concelho. NOTA: O investimento financeiro poderá ser irrelevante, bastando haver uma angariação e organização adequado do espólio existente no concelho e a sua instalação num espaço municipal existente, obviamente com interesse e adequado para o efeito. -----

• **Criar uma ASA - Área de Serviço para Autocaravanas.** O Autocaravanismo é um segmento de turismo que está em franca expansão pela Europa. Esta fase pandémica tornou ainda mais evidente que o autocaravanismo poderá contribuir para a dinamização da economia e do turismo local. O distrito do Porto dispõe de 10 ASA's e a região do Vale do Sousa de 3 nos concelhos limítrofes. Lousada seria assim um concelho no mapa de destinos europeus para os amantes deste tipo de turismo, com expressão crescente em cada vez mais pessoas que perfilam a adoção de comportamentos corretos e de sustentabilidade ambiental. -----

• **Digitalização dos serviços municipais.** A digitalização de qualquer atividade ou serviço é uma realidade incontornável no quotidiano das empresas, serviços e cidadãos. É verdade que o município tem dado alguns passos neste sentido, mas claramente incipientes e de apresentação e funcionamento arcaico. A digitalização dos serviços municipais deverá ser uma forte aposta de modernização, funcionamento e aproximação dos serviços aos cidadãos, a qual deverá ser executada o quanto antes. -----

• **Criar o Espaço do Cidadão,** centralmente localizado, de fácil acesso, moderno, nobre e funcional, que albergue a prestação de serviços públicos estatais e municipais. Como é sabido por todos as instalações dos serviços de finanças, registos e notariados e segurança social no concelho, para além de dispersas entre si, estão obsoletas, apresentam barreiras de Acessibilidade fácil, são pouco dignas e pouco funcionais, para quem lá trabalha e para quem lá recorre aos seus serviços. Por outro lado, antecipa-se a assunção de novas competências centrais pela administração local, o que obrigará ao apetrechamento de novos espaços de atenção e serviço público municipal. Pois bem, o terreno recentemente adquirido para a suposta instalação do mercado municipal deve ser, a nosso ver, objeto de reapreciação e ali construído um verdadeiro edifício e espaços de serviços públicos, privilegiando-se dessa forma a localização central do mesmo no "quarteirão dos serviços públicos" já existentes: junto ao edifício dos Paços do Município, edifício dos serviços técnicos, bancos e tribunal. -----

• **Mercado Municipal.** Deve o Município apostar num Mercado Municipal moderno e multifuncional, que proporcione condições qualificadas de trabalho, venda de produtos e serviços, assim como a dinamização simultânea e/ou ocasional de outras utilizações complementares, como seja a restauração e a animação cultural. -----

• **Estabelecer uma nova contratualização de serviços, competências, cedência de equipamentos e materiais, e suporte financeiro com as Juntas de Freguesia, reforçando o valor atual das transferências financeiras na ordem dos 30%.** Atualmente, grosso modo, há dois protocolos com as Juntas de Freguesia: um para Obras e Melhoramentos; outro para o Parque Escolar. Para além destes protocolos há a cedência ocasional, por isso arbitrária, de equipamentos e materiais. Ainda no diagnóstico do "estado da arte" das relações de parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia identifica-se a necessidade de se definirem critérios objetivos para o fundamento e enquadramento legal do suporte financeiro e da cedência de equipamentos e materiais a conceder às Juntas de Freguesia. Há ainda um conjunto próprio de novas competências que as Juntas de

6 Freguesia irão assumir, a par das competências delegadas do Município, que já existem e outras que poderão vir a existir num futuro próximo. Com efeito, desejavelmente a 1 de janeiro de 2021, deve a Câmara Municipal rever os protocolos existentes e, desejavelmente com o envolvimento prévio dos Presidentes de Junta de Freguesia, estabelecer uma nova contratualização de serviços, competências, cedência de equipamentos e materiais, e suporte financeiro com as Juntas de Freguesia, reforçando o valor atual das transferências financeiras na ordem dos 30% (pode ser ligeiramente mais ou menos), mas repondo assim parte do valor que foi subtraído em 2008, em cerca de 20%, com um acréscimo justificado pelo novo quadro de responsabilidades das próprias Juntas de Freguesia. Em boa verdade, não se conhece qualquer estudo sobre o impacto financeiro e operacional da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, ou seja, qual a redução material, financeira e operacional, que tais competências delegadas provocaram nos serviços municipais? Por outro lado, reafirma-se a necessidade de se estabelecerem critérios objetivos para o fundamento e enquadramento legal do suporte financeiro: tem o município disponível o cálculo do n.º de kms por arruamento de cada freguesia; que trabalhos e exigência de manutenção implicam esses arruamentos; qual a dimensão dos espaços ajardinados e de usufruto público existentes em cada freguesia; entre outras questões que deverão servir de suporte à definição e sustentação de critérios objetivos para o equilíbrio e justiça dos contratos e/ou protocolos com as Juntas de Freguesia. E por falar em equilíbrio e justiça, o reforço proposto de 30% no valor das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, pode simplesmente ser encontrado numa nova abordagem municipal em termos de receitas auferidas pela participação fixa no IRS. Ou seja, é equilibrado e de elementar justiça que 1/3 do valor recebido pela participação fixa no IRS possa ser canalizado, proporcionalmente à respetiva origem da participação, para as freguesias de residência dos contribuintes, potenciando benefícios diretos e mais próximos da sua vivência quotidiana. Em suma, haja vontade, acerto e critério, e o Município dará um passo em frente no estabelecimento de condições para reforçar o poder local de maior proximidade aos cidadãos. -----

Os Srs vereadores da Coligação Lousada Viva acrescentaram ainda as seguintes propostas:-----

OBRAS E EQUIPAMENTOS NAS FREGUESIAS

Silvares

- *Alargar, requalificar e pavimentar a Rua da Igreja (Silvares); -----*
- *Enterramento do ramal elétrico na Rua da Igreja, entre a estrada Nacional 207 e a Igreja de Silvares; -----*
- *Abertura e pavimentação de rua com ligação entre a Rua do Casal e Ponterrinhas; -----*
- *Abertura e pavimentação de rua com ligação entre a Rotunda do Calvário e a variante do Alto.-----*



Pias

- Pavimentação do eixo entre a estrada Municipal 605 e a escola Secundária de Lousada (Rua da Ribeira, Rua da Figueira, Rua de Cedovezas, Rua das Montadas, Rua Dr. Mário Soares); -----
- Requalificação e pavimentação da Rua Guerra Junqueiro. -----

Nogueira

- Apoio à requalificação da Rua da Igreja em Nogueira; -----
- Pavimentar a Rua do Outeiro; -----
- Pavimentar em paralelos parte da Rua Alto do Arejal, Alto da Rua do Areal e ligação à Rua do Covo; -----
- Alargamento da Estrada de Santa Cristina entre o "Troca a Nota" e a estrada nacional 207; -----
- Abertura e pavimentação de rua com ligação da Escola de Nogueira à Rua do Casal. -----

Alvarenga

- Apoio à construção da Casa Mortuária de Alvarenga; -----
- Apoio à requalificação da Rua Nossa Senhora da Natividade, frente à Igreja de Alvarenga; -----
- Pavimentar o Caminho do Bairro. -----

Meinedo

- Requalificar e pavimentar as ruas que integram o loteamento no lugar de Romariz e restantes ruas envolventes; -----
- Requalificar e pavimentar as ruas de Santa Catarina e das Agradas. -----

Caíde de Rei

- Requalificação urbanística da área envolvente a Igreja de Caíde de Rei; -----
- Requalificar e pavimentar a rua do Mouro (rua de ACeSso a escola E/B 2,3). -----

Cernadelo

- Requalificar o recinto desportivo de Cernadelo, junto a escola, nomeadamente com a colocação de cobertura e piso sintético. -----

Lousada (São Miguel)

- Construção de passeios na Estrada da Tapada, em direção à Rua da Igreja; -----
- Conclusão da rede de saneamento básico. -----

Lousada (Santa Margarida)

- Construção de passeios da Estrada de Santo Amaro. -----

Torno

- Requalificar e pavimentar da rua do xisto e da rua 14 de agosto; -----
- Construção de passeios na avenida de paços; -----

- Concluir a rede de saneamento na zona norte da freguesia. -----

Boim

- Requalificar e pavimentar da Rua Guerra Junqueiro. -----

Casais

- Requalificar e pavimentar da rua do parque de lazer e da rua do recanto.---

Nespereira

- Requalificar e adaptar a escola do cruzeiro para nova sede de junta de freguesia. -----

Sousela

- Alargar e pavimentar a rua da Soeira; -----
- Apoio financeiro para a realização de obras de modernização da sede de Junta (telhado com placas de fibrocimento).-----

Figueiras

- Requalificação urbanística do largo em frente a sede de Junta;-----
- Apoio financeiro e material para o novo cemitério de Figueiras. -----

Covas

- Instalar rede de saneamento básico na Travessa do Bairral. -----

Nevogilde

- Revitalização e modernização do aqueduto de Nevogilde. -----

Lustosa e Barrosas St. Estevão

- Apoiar financeiramente a Junta de freguesia na aquisição de terreno e construção do Parque de Lazer em Lustosa; -----
- Requalificar e pavimentar várias ruas em Lustosa e Barrosas St. Estevão que há muito são reclamadas pelas populações e cuja informação já foi oportunamente transmitida pelo Senhor Presidente de Junta ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo acontecendo relativamente à falta de iluminação pública em vários locais da União das Freguesias. -----

Lodares

- Instalação de condutas de água e de saneamento na rua Juía de Cima; ---
- Requalificar e repavimentar a rua de Sousa e a de Taloeiras; -----
- Eletrificação da rua da ETAR;-----
- Revisão de sinalização, lombas e passadeiras junto ao novo colégio São José de Bairros.-----

Aveleda

- Requalificar pavimentar a rua do Casal de Cima; -----
- Obras de beneficiação do largo do Mourinho;-----
- Apoio financeiro e com materiais para o alargamento do cemitério. -----



17
Q1

Cristelos

- Alargar e pavimentar a rua Nossa Senhora da Conceição, desde os carvalhos até ao largo do Burgo;-----
- Alargar e pavimentar a rua do Crasto.-----

Macieira

- Repavimentar a rua de São José e Avenida Magalhães Mota; -----
- Alargar e pavimentar parte da rua de Nossa Senhora de Fátima. -----

Vilar do Torno e Alentém

- Alargar e pavimentar a rua do Souto. -----

Ordem

- Alargar e pavimentar a rua das Curtinhas e a rua do Outeiro.-----

As questões suscitadas o Sr. Presidente respondeu o seguinte:-----

"Relativamente às propostas apresentadas, todas elas vão ser ponderadas, podendo adiantar, desde já, que já estava previsto contemplar a esmagadora maioria delas. Aliás, algumas até já estão adjudicadas e a curto prazo vão iniciar a sua execução. Mas, face às limitações orçamentais que existem sempre, facilmente se compreenderá que, provavelmente, não será possível atender todas. -----

No que toca às propostas que a Sra. Vereadora fez, a primeira está prestes a ser implementada. Nós vamos assinar esta semana um protocolo com o ACES e com a ARS, que vai dar o enquadramento legal a estas equipas multidisciplinares para começarem a fazer o seu trabalho e, provavelmente, nem terá grandes implicações em termos orçamentais, porque resulta da colaboração e entreadjudada de um conjunto significativo de entidades que disponibilizaram os seus técnicos, para além da Câmara e, se for necessário, com certeza que se fará um reforço, mas neste momento não é isso que está em causa. -----

Em relação à proposta que fez da saúde oral, isso já foi implementado há muitos anos, mas, pelo que sei, passou a haver alguma resistência de alguns docentes quanto a esta medida, uma vez que é muito difícil assegurar que as crianças façam uma utilização adequada daqueles materiais, sem os partilhar. Por isso, agora neste contexto de Covid, não me parece que seja aconselhável, mas depois da pandemia passar temos de revisitarmos esse assunto, porque concordamos inteiramente com a preocupação que a Sra. Vereadora manifestou. É indispensável que as crianças, desde tenra idade, tenham esta perceção e os respetivos pais deem importância devida à saúde e à higiene oral." -----

Sr. Vereador António Augusto Silva deu o seguinte esclarecimento:-----

"Os miúdos trocavam as escovas e foi uma medida que foi gradualmente abandonada." -----

O Sr. Presidente continuou os esclarecimentos:-----

17
Q
"Relativamente às outras propostas não me vou pronunciar muito mais, reforçando, como disse, que parte delas já estão adjudicados e outras em fase de projeto. Quanto ao Espaço do Cidadão e ao Mercado Municipal, o projeto que estamos a desenvolver prevê concentrar essas duas valências no mesmo espaço, naquela propriedade que adquirimos junto ao Pelourinho, embora nada esteja ainda decidido e o assunto ainda virá à reunião de Câmara para ser aprovado. Relativamente à desmaterialização de processos, não demos apenas alguns passos, demos passos gigantes. E o nosso sistema não é incipiente ou de funcionamento arcaico como o Sr. Vereador referiu, antes pelo contrário. Neste momento já temos praticamente todos os processos desmaterializados, que tramitam em formato digital. Porventura isso ainda não é evidente para o cidadão comum porque ainda são poucos os serviços on-line disponíveis, mas temos condições para a curto prazo generalizar essa disponibilização." -----

A Sra. Vereadora Dra. Sandra Silva fez a seguinte intervenção:-----

"Infelizmente a região norte continua a ser o epicentro dos novos casos de covid-19, nomeadamente, no Vale de Sousa com uma grande incidência de números. E, eu ia perguntar ao Sr. Presidente de Câmara se a DGS, já disponibilizou hoje, costuma ser às segundas-feiras, a evolução do número casos no concelho? Esse número era importante para nós termos em consideração, até porque infelizmente, vai de encontro ao que eu já vinha alertando e pedindo ao Sr.º Presidente para pôr em marcha, digamos assim no concelho ou, se perante estes números a testagem sorológica irá ser implementada de um modo gradual. Devo dizer que a testagem por testes sorológicos rápidos, avança hoje 9 de novembro a nível nacional. Era importante saber se já há alguma orientação, quem vão ser os grupos prioritários para a testagem? Já houve alguma coordenação com o ACES e o Município nesse sentido? Até porque, entrando hoje em vigor os testes sorológicos rápidos, terá de haver uma nova abordagem, nova estratégia nacional de testagem na comunidade, no controlo rápido das cadeias ativas. No meu ponto de vista, faz sentido começar a testar precisamente a população de risco, nomeadamente Bombeiros, GNR, Forças de Intervenção, ao nível dos profissionais de Saúde e até da Comunidade Escolar. E, isto porquê? Porque era importante sabermos aqui no concelho a evolução dos testes positivos feitos ao Covid-19 por PCR, sabendo que na zona Norte, há cerca de 2 semanas, segundo dados da ARS ao Jornal i, estes números são superiores a 20% da testagem efetuado. E, Sr. Presidente, no nosso concelho tem havido alguns constrangimentos nessa testagem."-----

Eu, queria dar nota de alguma informação que chegou ao meu conhecimento, ao nível da testagem aqui da UNILABS no nosso centro de testagem do Covid-19. É um facto constatado que eles estão com os resultados da testagem muito atrasados, estão com uma comunicação da testagem superior a 72 horas, o que é muito longa esta espera. E, acho que nós temos que fazer um esforço, não sei se já entraram em funcionamento as outras duas linhas de testagem, mas o que é certo, é que entrando mais linhas e se não há resposta, por parte do laboratório vamos aumentar este tempo de espera da informação dos resultados, que neste momento está com um tempo superior a 72 horas. Depois também referir que para as pessoas que estão de quarentena e que estão com sintomas, não estão

assintomáticos, cabe ao Delegado de Saúde contactar esses utentes de quarentena para autorizar o segundo teste de Covid-19 antes de regressar ao seu local de trabalho ou à escola. E, devo-lhe dizer que neste momento, está a haver fortes constrangimentos ao nível da comunicação com o Delegado de Saúde, levando a que as pessoas acabem com a sua quarentena sem haver essa comunicação, sem haver contacto com o Delegado de Saúde. E levantam-se dúvidas e questões nos utentes, as pessoas ficam sem saber o que fazer, nem sabem se esperam até o Delegado de Saúde voltar a contactar, porque ainda são sintomáticas ou se regressam de imediato ao trabalho uma vez que não foram contactadas até ao período normal de quarenta que são 10 dias após realização do teste positivo. Portanto, temos que ter em atenção e urge realmente tentar melhorar esta resposta, porque senão vamos ter possivelmente pessoas ainda positivas, sintomáticas, com capacidade de infetar ou provocar novas cadeias de contágio que vão regressar aos seus postos de trabalho ou à escola.-----

Outra situação também que chegou ao meu conhecimento, ainda hoje, é o facto de continuar a haver grandes constrangimentos a nível dos Centros de Saúde, as USF's não estão a dar resposta aos utentes, nomeadamente nas marcações de consultas e de exames. Sr. Presidente, é preciso ter isto em consideração, falar com o Sr. Diretor do ACES III, porque realmente isso não pode acontecer. Eu, hoje tive o exemplo de um utente que veio falar comigo, que está à espera há seis meses de uma resposta por parte do Centro de Saúde, mandou vários emails, porque necessita urgentemente fazer uns exames e não é contactado pelo Centro de Saúde, 6 meses Sr. Presidente!"-----

Relativamente à questão suscitada o Sr. Presidente respondeu o seguinte:-----

"Eu creio que deve haver alguma confusão quando referiu que começam hoje a ser distribuídos os testes rápidos serológicos. O que começaram a distribuir são os testes rápidos de antigénio."-----

Sra. Vereadora Sandra Silva esclareceu: -----

"São testes sorológicos Sr. Presidente, testes sorológicos ou imunoenaios são técnicas para a deteção e a quantificação de antígenos, anticorpos ou outras substâncias."-----

Continuação da resposta do Sr. Presidente:-----

"Ainda na semana passada tivemos reunião da Comissão Distrital da Proteção Civil, na qual participou também o Sr. Presidente do Conselho de Administração da ARS e não nos falou de nada disso, mas de qualquer modo vou tentar saber o que está previsto. Naturalmente que por força da incidência a que este território está sujeito, a testagem não pode ser um problema, e por isso é que o nosso centro de testagem foi reforçado para quatro linhas, com uma capacidade de 400 testes diários. E esses, sim, são os testes mais fidedignos. Pelo que sei, os testes rápidos de antigénio não são tão fiáveis, pelo que só terá sentido utilizá-los se os outros não estiverem disponíveis."-----

A Sra. Vereadora Sandra Silva deu o seguinte esclarecimento: -----

"Não, Sr. Presidente. Vai ser uma ajuda importantíssima no controle das cadeias de contágio precisamente, porque os resultados como são muito rápidos, que são

10 minutos, podemos ter rapidamente a certeza. Então se forem os antígenos, dá-nos uma percentagem de imediato da positividade do dia acima dos 95, 96 %, o que quer dizer que rapidamente conseguimos por em quarentena as pessoas com sintomas.” -----

O Sr. Presidente prosseguiu:-----

“Esta não é a minha área, mas pelo que sei, os testes rápidos de antigénio podem gerar uma falsa sensação de segurança, pois não detetam todos os casos positivos e não são propriamente para saber a imunidade deste ou daquele setor.

Sra. Vereadora Sandra Silva deu o seguinte esclarecimento: -----

“Essa situação são os serológicos mas de anticorpos e não de antígenos.”-----

Continuação da resposta do Sr. Presidente:-----

“Relativamente aos atrasos nos testes, deve ser um atraso pontual, por força do aumento exponencial de casos nos últimos dias, não sei se o Sr. Vereador Nelson Oliveira tem algum feedback.”-----

O Sr. Vereador Nelson Oliveira deu o seguinte esclarecimento: -----

“Mediante o número de testes que foram efetuados nas últimas semanas é natural que haja um pequeno atraso e, tanto quanto sei, está a ser recuperado. Tenho conhecimento de pessoas que ao fim de um dia ou dia e meio estão a receber os resultados dos testes. Outras pessoas que nos contactam através da linha de apoio Municipal também têm dito isso, portanto poderá haver uma ou outra situação que não se passará assim, pode haver um caso ou outro que haja algum atraso.”-----

Relativamente à questão das pessoas fazerem quarentena e não terem sido contactadas, é verdade. Aliás, isso é um dos temas com que mais temos lutado e dando nota à ARS e ACeS, e felizmente que desde hoje já está em funcionamento uma equipa local com técnicos do Município, que tiveram formação no último fim-de-semana juntamente como ACeS, para ajudar as entidades de saúde nos contactos com os utentes. Para a construção desta Equipa Multidisciplinar de Apoio, juntamos técnicos do município, solicitamos ao CLDS que na ACIP, para que todos os profissionais: Educadores Sociais, Psicólogos, etc, ajudem nesta tarefa e também existem técnicos da Santa Casa que estão a ajudar nestes contactos, porquê? Porque efetivamente é uma necessidade das pessoas terem um contacto inicial célere e, mediante as listagens que o ACeS nos envia, nós estamos a ajudar nesta tarefa que tem sido bastante complicada para os profissionais de saúde pública. Ou seja, nós aqui não estamos a liderar processo nenhum, não estamos nem poderia ser de outra forma, porque quem tem os dados é a Saúde Pública. O que nós estamos a fazer é, mediante as funções que eles nos solicitam, nós estamos a ser um meio de transmissão de informação, portanto temos as nossas limitações, evidentemente o que se está a preparar é um sistema do género contact center, ou seja, a parte informática já está a tentar trabalhar um pouco nisso para que durante esta semana possamos fazer contactos em massa. As pessoas que sejam sinalizados pela Autoridade de Saúde é nos enviado um ficheiro de Excel - esta informação é importante para vocês entenderem como o sistema que irá funcionar - o Município poderá fazer um forte investimento financeiro, porque é necessário termos esta plataforma centralizadora dos contactos, prevê-se que quando essa listagem nos chega as pessoas recebam

Q 1

logo uma mensagem predefinida pelo ACeS em que o senhor "x" por ter testado positivo deve seguir aquela orientação clínica, e esclarecemos desde logo uma serie de dúvidas. E, depois os nossos funcionários ou os funcionários que estão em parceria connosco irão ao longo desse dia, dessas 24 horas ou 48 horas, entrar em contato com essas pessoas para fazermos o acompanhamento. O acompanhamento já está baseado numa checklist que o ACeS nos deu, e às pessoas são feitas uma série de perguntas cujas respostas são inseridas num Excel ou plataforma e, ao fim do dia, essa listagem, que toda ela obedece ao Regime Proteção de Dados, é enviada para o ACeS. Depois de serem sinalizados os casos cujos sintomas se estão agravar, estas pessoas têm outro tipo de cuidados mais personalizados e com atenção redobrada já que é o Médico de Família que entra em contato com eles. -----

Há outra situação que nos preocupa bastante e continuamos a tentar insistir para que esta ajuda possa também ser abrangente àqueles que não estão infetados, mas que estão em casa em isolamento profilático, ou seja, pessoas que estão quase a "desesperar" por um contato e eu aqui faço um ponto prévio, porque compreendo a posição dos profissionais de saúde já que não é nada fácil para o ACES de Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira, responder a tempo e horas com o volume de casos que se tem vindo a acentuar, por esse mesmo motivo é que disponibilizamos ajuda para, uma vez mais, trabalharmos em conjunto." -----

O Sr. Presidente respondeu ainda:-----

"Sejamos honestos, não é uma questão de ser fácil, era impossível! Tinham 2.000 e tal inquéritos em atraso e era impossível recuperar o atraso em tempo útil. Nós estivemos sempre disponíveis para ajudar, mas houve sempre alguma resistência que se percebia até determinado momento, porque o ideal é que esse tipo de trabalho fosse feito apenas pela Autoridade de Saúde e por Técnicos de Saúde. Percebo isso, mas entretanto a urgência e o problema em que vivemos não se compadece com esse procedimento ideal e cremos que estes Técnicos que disponibilizamos, com um determinado perfil, podem ser uma ajuda importante para fazer uma espécie de triagem devidamente normalizada e com procedimentos devidamente acordados, porque é muito complicado, muito desagradável, as pessoas estarem numa situação aflitiva e ligarem 1, 2, 20, 30, 40 vezes e ninguém responder, nem ninguém devolver a chamada e isso não podia continuar a suceder de maneira nenhuma. Pelo menos uma resposta as pessoas têm de ter e é nisso que estamos a tentar ajudar." -----

A Sra. Vereadora Sandra Silva voltou a intervir: -----

"Se me permite Sr. Presidente, é mesmo esse o ponto, acho que tem toda a razão. Vamos ter que ser realmente realistas, o ACES não fez um acautelamento e um planeamento para uma segunda vaga. Se não tinha condições, só tinha que pedir ajuda, tenho a certeza que ajuda que o Município vai prestar agora podia tê-la feito mais cedo." -----

O Sr. Presidente referiu:-----

"Isso não é um problema do ACES, é um problema nacional." -----

Continuação da intervenção da Sra. Vereadora Sandra Silva: -----

"Estou a falar no que respeita à nossa região e a nossa região tem um problema, a nível nacional sabemos que funciona melhor num lado, pior no outro, aqui está a funcionar muito mal. Vamos ter que ser realistas e vamos ter que assumir, e só assumindo a situação é que nós conseguimos resolvê-la rapidamente, havendo uma entreaajuda com as várias entidades do concelho, isso é ponto assente! Deixe-me só fazer uma pergunta em relação àquela plataforma que vão adquirir, que realmente acho muito interessante para fazer o controlo da informação dos doentes Covid-19 positivos e dos que estão de quarentena, suponho que deve ser semelhante àquela que já está em funcionamento em Paços Ferreira?"-----

O Sr. Vereador Nelson Oliveira deu o seguinte esclarecimento: -----

"Não conheço a plataforma de Paços de Ferreira, mas sim será algo do género, aliás, isso foi decidido tudo na mesma reunião na sexta-feira, eles avançaram com a notícia, não sei se já entrou em funcionamento, mas já vi nos noticiários e na imprensa."-----

O que interessa saber exatamente, é o que a plataforma precisa, o que é que ela possibilita e também ter tempo para formar os nossos funcionários relativamente a isso, porque eles hoje já começaram a fazer contactos através de nossos telefones dada a urgência da situação e até já conseguiram contactar toda a gente que nos foi sinalizada como positivos do dia 6. Precisamos que nos autorizem a fazer estes contactos epidemiológicos, porque também percebo o lado da Autoridade de Saúde quando nos diz: "pois, isso é tudo muito bonito esta ajuda, mas as pessoas que estão a fazer os contactos não têm conhecimentos médicos para avaliar se uma situação é necessária de ter uma inclusão num possível teste ou é contacto de risco ou não. Os médicos torcem um bocado o nariz" é a reacção, compreensível, do lado de lá, para sermos francos com todos, portanto há sempre esta resistência que vai ter que se esbater dada a situação. --

Relativamente aos números, aparentemente apesar de não serem os ideais - os ideais é que fossem zero, - já se nota uma tendência de achatamento da curva, ou seja, uma estabilização diária de uns números em que já não vemos tantas vezes a disparar acima dos 150, 200 casos diários que são altos na mesma e que merecem toda a reflexão. Mas já me parece que não estamos com uma curva super ascendente mas sim num achatamento."-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu ainda:-----

"Entrou em decrescimento, desacelerou, felizmente. Lousada, Paços de Ferreira, Vizela, Paredes, Penafiel e Felgueiras, estavam com um ritmo de crescimento assustador. E à medida que vamos recebendo novos dados vai diminuindo a taxa de crescimento. Ou seja, os números continuam a crescer, mas a um ritmo mais suave. Segundo o relatório da ARS de 4 de novembro, nos últimos 7 dias tivemos 959 casos, portanto uma média de 137 casos diários. Vamos ver se esta tendência de desaceleração continua para se conseguir controlar este crescimento exponencial."-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ORGÃOS AUTÁRQUICOS

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

2.1. Resumo diário de tesouraria.-----

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e três de outubro que totaliza um saldo de quatro milhões quinhentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e quatro euros e noventa e sete cêntimos.-----

2.2. Informação m.º 16308/20 - Aquisição de Gasóleo Rodoviário Aditivado a Granel - Ano 2021 - Procedimento ao Abrigo do Acordo Quadro da CIM.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento em destaque, nos termos da informação referida.-----

3. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

3.1. Informação n.º 15242/20 - Tarifário Social - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17) - Lustosa - (Consumidor n.º 101724).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.2. Informação n.º 15122/20 - Tarifário Social - Indeferimento da atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Indeferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Sousela - (Consumidor n.º 19163).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.3. Informação n.º 15117/20 - Tarifário Social - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17) - Lustosa - (Consumidor n.º 101555).-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.4. Informação n.º 15125/20 - Tarifário Social - Aprovação da atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Cristelos - (Consumidor n.º 1429).

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.5. Informação n.º 7148/20 - Tarifário Social - Aprovação da atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Cristelos - (Consumidor n.º 20116).

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.6. Informação n.º 8369/20 - Tarifário Social - Aprovação da atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Cristelos - (Consumidor n.º 20817).

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----



17
6

**3.7. Inf. n.º 434/DOMA/20 - Requalificação da Avenida de S. Vicente com ligação à Variante Urbana - Aprovação da Receção Provisória da obra, bem como a respetiva comissão de vistoria.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.8. Inf. n.º 435/DOMA/20 - Beneficiação do CM 1150 desde a EN 207-2 ao Largo da Feira - Aprovação da Receção Provisória da obra, bem como a respetiva comissão de vistoria.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.9. Inf. n.º 437/DOMA/20 - Redes Complementares de Águas Residuais - Setor II" - Aprovação da Receção Provisória da obra, bem como a respetiva comissão de vistoria.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.10. Inf. n.º 439/DOMA/20 - Requalificação da Escola Básica de Lousada Centro - 1.º Fase - Aprovação da Receção Provisória da obra, bem como a respetiva comissão de vistoria.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.11. PROC. N.º 20/20 - Inf. n.º 15950/20 - Requalificação do Espaço Público da E.M. 605 ao cruzamento do Jogo, Pias - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde, bem como a nomeação dos intervenientes em obra.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.12. PROC. N.º 21/20 - Inf. n.º 16117/20 - Beneficiação da Rua de S. Veríssimo e da Rua da Presa da Lameira, em Nevogilde - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde, bem como a nomeação dos intervenientes em obra.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

**3.13. PROC. N.º 29/20 - Inf. n.º 16476/20 - Beneficiação da Escola Básica de Lousada Este - Aprovação do Relatório Final e da decisão de não adjudicação, bem como a notificação da mesma a todos os concorrentes.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a informação nos termos propostos.-----**

3.14. INF. N.º 16397/20 - Arranjo da envolvente do monumento do Sagrado Coração de Jesus - Covas

3.14.1. Aprovação da proposta atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Figueiras e Covas no valor de € 11.000,00, sendo transferido da seguinte forma:-
Ano de 2020 - € 5.000,00-----
Ano de 2021 - € 6.000,00-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com a atribuição do subsídio nos termos propostos e submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na al. j) do n.º. 1 do art.º. 25º da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.-----

3.14.2. Aprovação da minuta do contrato de constituição de direito de superfície, a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Evangelista de Covas -----

Analisados os documentos em apreço, que por extensos se dão como reproduzidas por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-los.-----

3.15. INF. N.º 16392/20 - Construção de bloco sanitário para o largo da Senhora da Ajuda - Nevogilde - Aprovação da atribuição de um subsídio no valor de € 15.000,00 à Junta de Freguesia de Nevogilde, a ser transferido em 2021.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade concordar com a atribuição do subsídio nos termos propostos e submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na al. j) do n.º. 1 do art.º. 25º da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.-----

3.16. INF. N.º 16557/20 - Campo de Futebol do Aparecida FC - Aprovação da aquisição de uma parcela de terreno no valor de 37.000,00 €, a serem pagos da seguinte forma:-----

- 17.000,00 € aquando da escritura;-----
- 20.000,00 € até 31 de Março de 2021.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a aquisição dos terrenos nos termos da informação supra.-----

3.17. Regulamento Municipal de Gestão de Arvoredo e dos Espaços Naturais do Município de Lousada - Aprovação da Proposta do Sr. Vereador do Pelouro para submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Analisado o regulamento em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, nos termos da al. ccc) do n.º. 1 do art.º. 33º. e al. g), do n.º. 1 do art.º. 25º. do Anexo I da Lei n.º. 75/2013. De 12 de setembro, submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

4. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

4.1. Informação n.º 15920/20 - Realojamento de emergência - Contrato de comodato celebrado devido à necessidade de realojamento de emergência, pelo período de seis meses, do munícipe constante da informação, para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho referido.--

5. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

5.1. NIPG N.º 46456/20 - Isenção do pagamento da componente de refeição escolar dos alunos com os códigos n.º13956 e 13951 para o ano letivo 2020/2021.-----

Deliberado, por maioria, concordar com a isenção proposta.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

5.2. NIPG N.º51381/20 - Isenção do pagamento da componente de refeição escolar e atribuição de escalão A para livros de fichas e material escolar da aluna com o código n.º11043 para o ano letivo 2020/2021.-----

Deliberado, por maioria, concordar com a isenção proposta.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

5.3. NIPG N.º 55126/20 - Transferência de verba para a União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida, destinada a custear as despesas com o transporte das marmitas (refeições escolares) da EB S. Miguel para a EB Cernadelo durante o presente ano letivo.-----

Deliberado, por unanimidade, concordar com o proposto.-----

5.4. NIPG N.º 53763/20 - Para conhecimento e apreciação deste órgão Executivo do relatório de gestão semestral relativamente ao 1.º semestre de 2020, apresentado pelo fiscal único da "Lousada Século XXI", acompanhado pelos documentos elaborados pela administração da "Lousada Séc. XXI", e envio ao Órgão Deliberativo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, tomar conhecimento do relatório e remetê-lo a apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do disposto no artº. 42º. da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 69/2015.-----

5.5. NIPG N.º 53773/20 - Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 3.º trimestre de 2020" da "Lousada Século XXI" apresentado pelo seu Conselho de Administração, devendo o mesmo ser remetido ao Órgão Deliberativo, para efeitos de acompanhamento e controlo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, tomar conhecimento do relatório e remetê-lo a apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do disposto no n.º. 1 do art.º. 42.º. da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º. 69/2015.-----

O Sr. Presidente comunicou que ultrapassados os 365 dias do pedido de suspensão de mandato efetuado pela Vereadora Dr.ª. Cristina Maria Mendes da Silva e uma vez que a mesma não manifestou, por escrito, a vontade de retomar funções, considera-se que constitui de pleno direito a renúncia ao mandato, nos termos do n.º. 4.º. do art.º. 77.º. da Lei n.º. 169/99, de 18/19. Na sequência da vaga ocorrida o Dr. Nelson Ângelo Coelho Oliveira assumiu definitivamente as funções neste órgão no dia 25/10/2020.-----

Nos termos dos n.ºs. 3 e 4, do art.º. 57.º da Lei n.º. 75/2013, de 12/09, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu
Vânia Gabriela Esteves da Silva a redigi e assino.-----

Nelson Ângelo Coelho Oliveira
Vânia Esteves